



RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: PERCEPÇÕES ACERCA DA PRÁTICA DOCENTE PRECEDENTE À IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Roselene Candida Barroso Mendonça¹
Graziela Vanessa Parreira²
Cláudia Regina Major³

Resumo: O Projeto de Residência Pedagógica adotado pelo curso de Pedagogia do Centro Universitário de Anápolis, submetido, aprovado e subsidiado pela Capes, objetiva a implementação das dez competências gerais da Base Nacional Comum Curricular. Este relato discorre sobre o processo de estruturação histórica da nova BNCC e as percepções relativas à prática docente precedente à sua implementação por meio da observação de uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Anápolis. Para isso, faz-se uma explanação sobre o Programa de Residência Pedagógica e a implementação das dez competências gerais propostas pela BNCC, assim como o processo histórico percorrido pela legislação brasileira até se chegar à versão final da BNCC (Ensino Fundamental) e uma associação entre as competências gerais com as aulas observadas, que já apontam para o desenvolvimento destas competências, antes mesmo de sua implantação. A abordagem da pesquisa é qualitativa e, quanto aos meios de investigação, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, enquanto o projeto de intervenção também relatado neste trabalho teve como metodologia a pesquisa-ação. Como resultado deste trabalho, foi averiguado que há uma gama de documentos que embasam a criação da BNCC, assim como amplo debate nas esferas regionais e nacional, realizados por profissionais da educação que há décadas discutem os objetivos propostos no documento. Conclui-se que os objetivos propostos pela nova Base Nacional Comum Curricular, já são familiares aos profissionais do campo da educação, estando presentes nas aulas observadas no decorrer do ano que precede a implementação do documento.

Palavras-chave: Residência Pedagógica; Construção histórica BNCC; Competências BNCC.

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultante da participação no Programa de Residência Pedagógica desenvolvido na Escola Municipal Manoel Gonçalves da Cruz, que acolheu o Projeto de Residência Pedagógica da UniEVANGÉLICA aprovado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Primeiramente, descrevemos algumas definições para compreender o Projeto de Residência Pedagógica da nossa instituição; em seguida, discorremos sobre o processo histórico percorrido pela legislação brasileira até se atingir a versão final da BNCC (Ensino Fundamental) homologada em 2017; logo após, retratamos os episódios em que pudemos detectar no decurso do Programa de Residência Pedagógica, aulas que já apontam para o

¹ Graduanda do curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação – UniEvangélica, campus Anápolis. Bolsista do Programa de Residência Pedagógica financiado pela Capes. (roselenebm@gmail.com);

² Professora Mestre do Instituto Superior de Educação – UniEvangélica, campus Anápolis. Bolsista do Programa de Residência Pedagógica financiado pela Capes. (grazielaparreira@gmail.com);

³ Professora Mestre do Instituto Superior de Educação – UniEvangélica, campus Anápolis. Bolsista do Programa de Residência Pedagógica financiado pela Capes. (claudia.major@hotmail.com).



desenvolvimento das competências estabelecidas pela BNCC, antes mesmo de sua implantação.

Para que pudéssemos chegar a uma melhor compreensão sobre o tema, nos pautamos nas seguintes questões: Qual embasamento legal precede a BNCC? Em quais situações do cotidiano escolar foi possível identificar um trabalho voltado ao desenvolvimento das competências estipuladas pela BNCC, antes mesmo que seu cumprimento passe a ser compulsório? Como a prática tem se articulado com a BNCC? Dessa forma, o objetivo é relatar a experiência vivenciada, bem como discorrer sobre a construção histórica da Base Nacional Comum Curricular e elucidar as percepções acerca da prática docente precedente à implementação da nova BNCC por meio da observação de uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Anápolis.

METODOLOGIA

O trabalho tem abordagem qualitativa e, quanto aos meios de investigação, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. A pesquisa qualitativa busca a compreensão detalhada dos significados do objeto investigado, o que permite o aprofundamento e complexificação do fenômeno estudado (LIMA; MOREIRA, 2015), isso, segundo Mezzaroba e Monteiro (2006), possibilita a identificação do fenômeno estudado de forma mais global.

De acordo com Severino (2007, p.123) a “pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses etc. [...]”. A pesquisa bibliográfica foi realizada através do levantamento de obras publicadas e compatíveis com os objetivos propostos neste trabalho.

A parte teórica fundamenta-se, principalmente, nas concepções da nova Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Com relação à intervenção citada neste trabalho, foi utilizada a metodologia pesquisa-ação. A escolha da metodologia se deu devido ao fato de estarmos imersos na realidade pesquisada e aplicando o projeto de modo contínuo e dinâmico.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa de Residência Pedagógica é um dos projetos que integram a Política Nacional de Formação de Professores e objetiva a viabilização de melhoria com relação à parte prática da formação dos acadêmicos nos cursos de licenciatura.

Na UniEvangélica, este projeto está vinculado ao curso de Pedagogia e às disciplinas de estágio, tendo como propósito implantar as dez competências gerais da BNCC em dois núcleos – escolas municipais de Anápolis – indicados pela Secretaria Municipal de Educação. Cada núcleo recebeu 24 residentes (acadêmicas e acadêmicos do curso), e este, por sua vez, está sob a orientação do coordenador institucional do projeto, de um docente orientador (professor do curso) e de um preceptor (professor regente da escola).

O projeto se estrutura em duas etapas: de ambientação e intervenção. No período de ambientação, o acadêmico passa por uma imersão em toda a rotina da escola, conhecendo os projetos desenvolvidos, observando as turmas, participando de reuniões de planejamento, lendo e analisando o Projeto Político Pedagógico, identificando necessidades, enfim, coletando dados para a construção do projeto que é executado posteriormente. Em seguida, realiza-se então a etapa de intervenção, momento em que o acadêmico aplicou o projeto de intervenção, que no caso da escola Manoel Gonçalves, foi articular as dez competências gerais da BNCC a uma proposta de reforço escolar para os alunos com baixo rendimento escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que norteia a construção de currículos da educação básica no Brasil. Assim, determina que a educação deve proporcionar o desenvolvimento integral dos estudantes, a fim de torná-los aptos a cooperarem com a criação de uma sociedade moral, igualitária e sustentável (SILVA, 2019).

Com este intuito, a BNCC estipula dez competências gerais – neste contexto, pode-se entender competência como mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que capacitem o indivíduo a resolver as exigências da vida enquanto cidadão e trabalhador – que devem ser aplicadas durante toda a educação básica, ou seja, da Educação Infantil até o Ensino Médio. Resumidamente, podemos definir as dez competências em: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; e responsabilidade e cidadania.



Assim, a meta é que as escolas não sejam meras transmissoras de conteúdos, mas que ajudem o aluno a encarar as diversas questões presentes na sua vida.

Conforme a legislação vigente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passa a regulamentar a educação básica no Brasil, efetivamente, em janeiro de 2020. O documento passou por diversas análises realizadas por professores, gestores, especialistas e representantes de diversos setores da sociedade e foi alvo de calorosas discussões até se chegar à versão final, homologada em 20 de dezembro de 2017. Entretanto, os ideais contidos na BNCC estão em pauta no país há pelo menos três décadas.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, já se previa uma educação com conteúdos mínimos determinados para o Ensino Fundamental, visando assim, a garantia de uma formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais a todos os indivíduos (BRASIL, 2019). Além da Constituição Federal/1988, outros marcos legais e propostas vêm corroborando para a efetivação deste propósito na educação brasileira desde então:

- Em 20 de dezembro de 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, cujo artigo 26, regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica (BRASIL, 2019);
- Em 1997, foram fixados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, indicados como referenciais de qualidade para a educação brasileira. Serviam para amparar as equipes escolares na execução de seus trabalhos, especialmente no desenvolvimento do currículo (BRASIL, 2019);
- Em 2008, foi instituído o Programa Currículo em Movimento, o qual funcionou até 2010. O programa visava a melhoria da qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 2019);
- Em 2010, a resolução n. 4, delibera as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs) com o objetivo de orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino (BRASIL, 2019);
- Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi regulamentado, com período de vigência de dez anos. Nele, institui-se 20 metas para a melhoria da



qualidade da Educação Básica e 4 (quatro) delas falam sobre a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2019).

Poderíamos ainda citar seminários, conferências, portarias e numerosas iniciativas que intencionavam discutir e implementar um alicerce em comum para a educação básica em todo o país. Destarte, podemos concluir que toda uma jornada histórica foi percorrida até se chegar à nova Base Comum Curricular, implementada como regulamentadora da educação básica em âmbito nacional.

Durante a participação no Programa de Residência Pedagógica, ao observarmos as aulas ministradas pela professora do 2º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Manoel Gonçalves, foi possível detectar que a docente já ensina com o intuito de promover o desenvolvimento das dez competências gerais preconizadas na BNCC antes mesmo desta entrar em vigor. A seguir, externamos as percepções constatadas entre tais competências e as aulas ministradas durante o período de observação.

1. Conhecimento: “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital...” (BRASIL, 2017, p. 9). A professora vale-se do conhecimento como pano de fundo de todo seu planejamento de aula. Utiliza-se da leitura compartilhada para apresentar diversos conteúdos científicos, promovendo discussões e instigando reflexões acerca do tema proposto. Dessa maneira, é propiciada a ampliação e valorização do conhecimento.

2. Pensamento científico, crítico e criativo: “Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade...” (BRASIL, 2017, p. 9). A professora sempre proporciona leituras que tratam de temas científicos com seus estudantes. Além disso, proporciona discussões em um ambiente não ameaçador, incitando as crianças a pensarem e se sentirem livres para revelarem suas ideias. Assim, principalmente por meio da roda de conversa, leva os estudantes a desenvolverem esta competência.

3. Repertório cultural: “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural” (BRASIL, 2017, p. 9). A docente expõe, rotineiramente, características de culturas diferentes (principalmente por meio de brincadeiras, da leitura e da roda de conversa), abordando numerosos aspectos que envolvem essas culturas, de forma que ao levar esse conhecimento aos estudantes, assim, eles passem a valorizar e respeitar sua própria cultura e a do outro. Ademais, quando o discente possui um



conhecimento que faz parte de sua cultura familiar, ou de um local que já morou ou visitou, a professora sempre permite que o mesmo compartilhe esse conhecimento e valoriza aquilo diante dos demais. Adiciona-se ainda neste tópico, o uso de música enquanto os estudantes realizam algumas atividades.

4. Comunicação: “Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica...” (BRASIL, 2017, p. 9). A comunicação verbal é exercitada do início ao fim da aula. Os estudantes são instigados constantemente a refletirem sobre temas propostos e a verbalizarem aquilo que pensam a respeito. Também são utilizadas inúmeras atividades expressas por comunicação não-verbal por meio de imagens, desenhos etc, sendo que os alunos desenvolvem a compreensão e habilidade para se expressarem de forma não-verbal, incluindo a valorização da língua de sinais. Vale ressaltar que as crianças têm total liberdade neste sentido e a professora elogia sempre o conhecimento prévio e a participação delas durante as aulas.

5. Cultura digital: “Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares)...” (BRASIL, 2017, p. 9). Algumas aulas são ministradas por meio de aparelhos tecnológicos e a docente orienta os estudantes sobre a utilização consciente e responsável da tecnologia.

6. Trabalho e projeto de vida: “Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências...” (BRASIL, 2017, p. 9). Por meio da leitura, atividades e roda de conversa, são discutidos temas relacionados ao mundo do trabalho e as diversas profissões existentes, assim, os estudantes conhecem e passam a respeitar e valorizar as abundantes e distintas profissões existentes.

7. Argumentação: “Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis...” (BRASIL, 2017, p. 9). A argumentação é trabalhada enfaticamente no dia a dia desta turma. A questão de expor seu ponto de vista com calma e clareza são rotineiramente tratados, além do destaque dado sempre à importância de se respeitar a opinião alheia, levando um debate até o final sem agredir o outro.

8. Autoconhecimento e autocuidado: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (BRASIL, 2017, p. 10). Em diversas oportunidades a professora discorre sobre a importância do



autocuidado, desde a boa higiene até a postura que deve ser observada a fim de preservar a saúde e o bem-estar de cada um. Dessa maneira, leva os estudantes a refletirem e também falarem sobre a temática.

9. Empatia e cooperação: “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos...” (BRASIL, 2017, p. 10). A professora procura promover o diálogo e a cooperação entre os estudantes.

10. Responsabilidade e cidadania: “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2017, p. 10). Mais uma vez, através dos textos selecionados para leitura e das rodas de conversa promovidas em sala, a professora procura desenvolver nos estudantes tanto a responsabilidade como a cidadania, buscando sempre fazer com que eles reflitam sobre suas atitudes e melhorem continuamente.

Conforme a própria BNCC declara em sua introdução “... desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos.” (BRASIL, 2017, p.13). Diante disso, constatamos que a professora já trabalha nessa perspectiva porque a BNCC não está sendo implementada subitamente. Pelo contrário, a BNCC estava, de certa forma, sendo contemplada na legislação brasileira desde 1988 e foi sendo construída ao longo da história considerando todos os documentos da educação, antes mesmo de entrar em vigor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este estudo, foi possível averiguar a existência de um amplo embasamento legal que precede a BNCC, desde a Constituição Federal de 1988, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da educação (Lei nº 9394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação, além de diversos seminários, conferências, portarias e iniciativas que visavam a discussão e implementação de uma base comum para a educação básica em todo o país. Isto certifica que a construção da BNCC está alicerçada há décadas em legislações e movimentos em prol de uma educação integral.



Verificamos ainda, através das observações realizadas em uma sala de 2º ano do Ensino Fundamental, que mesmo antes de a BNCC passar a vigorar compulsoriamente, já existe um trabalho voltado ao desenvolvimento das dez competências gerais estipuladas por este documento. Ou seja, o ensino escolar, na prática, já está fundamentado na direção que a BNCC aponta. Diante disso, certificamos que os objetivos propostos pela BNCC não constituem uma mudança repentina no âmbito da educação, retratando assim, sua estruturação ao longo da história.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

BRASIL. **Histórico da BNCC**. Ministério da Educação. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 12 out. 2019.

LIMA, Maria do Socorro Bezerra; MOREIRA, Érika Vanessa. A pesquisa qualitativa em Geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n.37, v.2, p.27-55, ago./dez. 2015.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa em Direito**. 3.ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Gabriele. **BNCC: conheça as 10 competências gerais da educação básica**. Educa mais Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/bncc-conheca-as-10-competencias-gerais-da-educacao-basica>. Acesso em: 20 jul. 2019.